



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC**

**J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cnpj do Ministério da Fazenda sob o nº 48.118.617/0001-32, com sede e foro na Rua Angelo Baggio, nº 801 – Sala A – Ribeirão Claro, eficientemente qualificada no processo de licitação, modalidade pregão na sua forma eletrônica, em referência acima, vem oferecer tempestivamente suas **CONTRARRAZÕES** ao **RECURSO** propostos pela licitante: **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, o que faz pelo seguinte articulado, pugnando pela manutenção da decisão que lhe declarou vencedora do certame, ante o pleno cumprimento das disposições editalícias e apresentação da melhor proposta de preço dentro das regras de habilitação do edital.

### **1.) PRELIMINARMENTE**

Reafirmamos que a Proposta de Preços e planilhas de custo da Recorrida **J V S** contemplaram todas as determinações editalícias e despesas incidentes sobre o objeto do contrato. Da mesma forma, foram apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.



Assim, uma vez que foram atendidas todas as determinações do edital para composição do preço e ainda apresentados todos os documentos de habilitação exigidos passamos a defender com fundamentos legais, o recurso protelatório apresentado. Até porque, as alegações da recorrente são infundadas e carecem de elementos fáticos e jurídicos capazes de afastar a licitude e viabilidade da proposta da recorrida que possui o melhor preço e a proposta mais vantajosa para Administração Pública, bem como, cumpriu todas as regras de habilitações específicas deste edital.

Em verdade, a recorrente traz no bojo de seus apelos, argumentos absolutamente despropositados, usando a logomaquia e um esforço hercúleo, no propósito vil de induzir a Administração ao erro, todavia não podemos olvidar das lições de Adilson Abreu Dallari neste sentido:

*“claro, que para um participante interessa excluir o outro. Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a Administração não pode deixar-se envolver pelo interesse de proponente (que é adversários dos outros proponentes e esta defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não se pode confundir esse interesse com o interesse Público. Este está na amplitude do cotejo, na possibilidade de verificação do maior número de propostas”. ( In Aspectos Jurídicos da Licitação, Saraiva, 3º Ed, págs 88/89.*

É de conhecimento de todos que operam procedimentos licitatórios, sejam como Agentes de Contratação ou equipe de apoios que os licitantes lançam todos os



meios, por mais levianos que sejam para lograrem êxito no procedimento, muitas vezes usam manifestações de recurso, para fazerem acusações infundadas até mesmo falaciosas apenas com o objetivo de procrastinar o procedimento, trazendo com isso infindáveis prejuízos à Administração, e a recorrida no jus de todos seus direitos garantidos pela Legislação em torno de um Procedimento Licitatório e Constituição Federal não compactua com esse tipo de conduta e se necessário for leva ao conhecimento do Controle Externo (TCE) e Judiciário caso a Lei seja simplesmente ignorada.

A aceitação da proposta da recorrida obedeceu a critérios objetivos. Desta forma, foi declarada vencedora do certame, a empresa que ofertou o menor preço global por ser considerada a proposta mais vantajosa. Inicialmente foi verificado dentre as proposta, a de menor preço combinado com o atendimento às especificações previstas no edital.

Helly Lopes Meirelis, preleciona:

*“ O que não se permite à Administração é desclassificar proposta por mera suspeita de inviabilidade técnica, econômica ou jurídica, sem apontar os motivos da eliminação do certame” (in Licitação e Contrato Administrativo, Ed. Revista dos Tribunais, 2ª ed., pag. 140)*

Acerca do processo de licitação pública, observe-se a lição do insigne José Cretella Júnior.



*"A finalidade do procedimento licitatório, com a do procedimento concorrencial, no direito universal e brasileiro, é bem clara: em primeiro lugar, 'é o meio mais idôneo para possibilitar contratos mais vantajosos para o Estado, o que se dá conforme os princípios que regem a lei da oferta e da procura; em segundo lugar, pelo fato de colocar a salvo o prestígio administrativo, escolhendo não o preferido, mas aquele que, objetivamente, fez a melhor proposta' (Tratada de Direito Administrativo, 1967, vol III, p. 108), de acordo com vários índices fixados no edital: menor preço, melhor técnica, rapidez, viabilidade, continuidade.*

A licitação, restringindo o arbítrio do administrador, impede a ilegalidade, afastando nepotismo, direcionamentos e pondo a salvo a moralidade Administrativa. Ao mesmo tempo, aumenta a confiança dos administrados nos dirigentes da coisa pública. 'Economia para os cofres públicos', por um lado, "justiça na escolha", por outro, e finalmente, "condições mais vantajosas", são os objetivos que a administração deve alcançar, mediante o procedimento licitatório.

Em suma, pelo menor preço se empreenda o melhor serviço –eis o objetivo deve alcançar mediante a licitação". (Das licitações pública, Rio de Janeiro, Forense, 1998, p. 119);

Com restara demonstrada nas presentes contra razões de recurso a recorrida respeitou procedimento licitatório, tal qual previsto em lei, o que, por si só é bastante para o indeferimento da pretensão da recorrente.

Com efeito, a respeito da necessidade da observância do procedimento de licitação com todas as suas formalidades, Carlos Pinto Coelho Mota, em sua obra "Eficácia nas Licitações e Contratos", p. 74, cita o Min. Homero Santos que afirma:



*"Não basta que haja processo de licitação. O importante é que as contratações públicas de obra, serviços, compras, alienações, concessões, locações e demais negócios jurídicos sejam efetuados com absoluto respeito às normas que regem a coisa pública, como garantia que toda Sociedade deseja no sentido de que a lei, o interesse público e a probidade administrativa prevaleçam nessas relações administrativas".*

Como se vê a proposta apresentada pela recorrida possibilita à Administração Pública a realização do negócio mais vantajoso e garante aos licitantes iguais chances de concorrência.

O Art. 5º da Lei 14.133/2021, tras os princípios de um procedimento licitatório, como podemos verificar.

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).*



Tomamos a liberdade de explicar aqui os princípios.

## **2.) DOS PRINCÍPIOS**

### **2.a) PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

Vincula os licitantes, os contratados e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor

### **2.b) PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE**

Obriga a Administração a observar, em suas decisões, critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando favoritismos e subjetivismo na condução dos processos licitatórios.

### **2.c) PRINCÍPIO DA MORALIDADE**

Exige dos licitantes, contratados e dos agentes públicos conduta lícita, íntegra, compatível com os bons costumes e com as regras da boa administração.

### **2.d) PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE**

Trata-se de tornar públicos os atos praticados nos processos licitatórios, observando-se o sigilo como exceção. A Lei 14.133/2021 determina a divulgação centralizada e



obrigatória dos atos por ela exigidos, inclusive como condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos;

#### **2.e) PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA**

É definida como a relação entre os produtos (bens ou serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período, mantidos os padrões de qualidade. Essa dimensão refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado. No contexto dos processos licitatórios, diz respeito à combinação otimizada dos parâmetros necessários para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública;

#### **2.f) PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO**

Pressupõe a atuação do agente público orientada ao atendimento dos interesses coletivos, prevalecendo sobre os seus próprios interesses ou os de particulares.

#### **2.g) PRINCÍPIO DA PROBIÇÃO ADMINISTRATIVA**



Diz respeito ao comportamento íntegro e imparcial dos agentes públicos, abstendo-se de agir com má-fé no exercício de suas atividades nas entidades públicas, ou privadas que recebam contribuição de cofres públicos. Esse princípio aplica-se também aos licitantes e aos contratados, que não devem agir em conluio entre si ou com agentes públicos para a prática de atos ilícitos

## **2.h) PRINCIPIO DA IGUALDADE**

Trata-se de assegurar tratamento isonômico a todos os licitantes. É condição essencial para garantir competição nos processos licitatórios.

## **2.i) PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO**

A Lei 14.133/2021 enfatizou o planejamento das contratações. Dispõe sobre o PCA alinhado ao orçamento e à estratégia da organização, e tornou mais robusta a fase preparatória do processo licitatório, por intermédio do ETP e do TR/PB, nos quais são definidos elementos como a necessidade da contratação, os requisitos da contratação, a forma de seleção do fornecedor, o modelo de execução do objeto (como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos) e o modelo de gestão do futuro contrato (como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada).

## **2.j) PRINCIPIO DA TRANSPARÊNCIA**

Refere-se a disponibilizar, independentemente de requerimentos (transparência ativa), informação primária, íntegra, autêntica e atualizada de



interesse coletivo ou geral acerca dos processos licitatórios e contratações públicas. Com esse objetivo, foi criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **2.k) PRINCIPIO DA EFICACIA**

Definida como o grau de alcance das metas previstas, em um determinado período. O conceito de eficácia diz respeito à capacidade da gestão em cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações.

## **2.l) PRINCIPIO DA SEGRAGAÇÃO DE FUNÇÕES**

Envolve a divisão de responsabilidades entre diferentes agentes públicos, evitando que um único agente ou unidade acumule todas as funções. O objetivo é reduzir as oportunidades para que qualquer pessoa possa cometer e ocultar erros ou fraudes durante o desempenho normal de suas funções. Quando vários atores participam de um processo de trabalho específico, eles podem detectar e questionar aspectos que considerem anômalos, aumentando a transparência e a eficiência do processo. Isso ajuda a prevenir a ocorrência de irregularidades e a garantir a integridade do sistema.

## **2.m) PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO**

Impõe à Administração motivar explicitamente as suas decisões, apresentando os “pressupostos de fato e de direito” que as embasaram, inclusive



demonstrando a necessidade e adequação da medida imposta em face das alternativas disponíveis. No que tange aos processos licitatórios, a Lei 14.133/2021 prevê a motivação de atos como, por exemplo, as condições do edital e o momento de divulgação do orçamento da licitação; o processo de padronização de produto; e a extinção de contratos;

## **2.n) PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO**

Obriga a Administração e os licitantes a observarem as normas e condições estabelecidas no edital, desde que estejam em conformidade com a legislação aplicável em vigor. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

## **2.o) PRINCIPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO**

Significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para julgamento da habilitação e das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

## **2.p) PRINCIPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA**

Aplicável a todos os processos administrativos. Este princípio alude à estabilidade das relações jurídicas, à proteção do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, de modo a manter a confiança de que a evolução das normas não prejudicará fatos pretéritos, especialmente os praticados com boa-fé.



## **2.q) PRINCIPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE**

Aplicáveis aos processos administrativos, em geral, esses princípios visam à “adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público”. O Decreto 9.830/2019 dispõe que a “motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade”

## **2.r) PRINCIPIO DA COMPETITIVIDADE**

Nos certames de licitação, esse princípio conduz o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado. Nesse sentido, a Lei veda estabelecer, nos atos convocatórios, exigências que possam, de alguma forma, admitir, prever ou tolerar, condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação.

## **2.s) PRINCIPIO DA CELERIDADE**

Busca a simplificação de procedimentos, evitando formalidades desnecessárias.

## **2.t) PRINCIPIO DA ECONOMICIDADE.**



Busca a simplificação de procedimentos, evitando formalidades desnecessárias.

### **3) DA AUSÊNCIA DE INTENÇÃO DE RECORRER VÁLIDA – DECADÊNCIA DO DIREITO À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

Nobre Pregoeira, inicialmente, cumpre mencionar que o recurso interposto pela empresa ORBENK não merece nem mesmo ser conhecido, na medida em que não houve intenção de recurso válida manifestada em campo próprio do certame.

No que diz respeito ao procedimento de interposição de recurso administrativo, o edital é bastante claro quanto ao prazo a ser observado pelos licitantes, e o local a ser utilizado no sistema, senão vejamos:

Para tanto, o edital quanto a manifestação de recurso tras o seguinte:

#### **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;**

**8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

**8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;**

Dessa forma, havendo o interesse em recorrer, deveria o licitante registrar sua intenção EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, no prazo de 10 minutos.

Como se vê abaixo, a manifestação da recorrente se faz intempestiva, vejamos:



## Mensagens

### Pregão Eletrônico N° 90223/2024

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

O item 1 teve a convocação para envio de anexos CANCELADA às 15:49:32 de 16/01/2025. Anexos vinculados à esta convocação e enviados pelo fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32 foram excluídos. Motivo: Fornecedor habilitado.

Enviada em 16/01/2025 às 15:49:32h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/01/2025 15:59:32.

Enviada em 16/01/2025 às 15:49:32h

Mensagem do Participante

Item 1

De 48.118.617/0001-32 - Perfeito, estamos conectados aguardando

Enviada em 16/01/2025 às 15:46:41h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Sr. Fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:33:00 do dia 16/01/2025. Justificativa: Documentação de habilitação conforme edital.

Enviada em 16/01/2025 às 15:32:22h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 48.118.617/0001-32 - Boa tarde, Licitante. Os documentos de habilitação enviados na fase de julgamento serão analisados, no entanto mantereí o prazo de duas horas de envio de documentação aberto para o caso de eventual documento ausente.

Enviada em 16/01/2025 às 15:32:07h

<< < 1 2 3 4 5 > >>



Ocorre que em respeito ao princípio da vinculação ao edital e nos transcurso do processo licitatório a fase para manifestação de recurso no tempo de 10 minutos se deu após classificação e habilitação da recorrida sendo o período das 15:49 hrs do dia 16 de janeiro de 2025 até às 15:59 hrs do dia 16 de janeiro de 2025.

Vejamos:

Data/Hora	Descrição
16/01/2025 10:09:11	Item está em 2ª desempate Mc/Epp, aguardando lance.
16/01/2025 10:09:25	Fornecedor <u>ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA</u> , CNPJ 79.283.065/0009-07 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
16/01/2025 10:09:32	O Item teve o 2ª desempate Mc/Epp encerrado. O fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CPF/CNPJ: 48.118.617/0001-32 enviou um lance no valor de no valor de R\$ 3.449,0500.
16/01/2025 10:09:32	Item encerrado para lances.
16/01/2025 10:10:31	Fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 16/01/2025 12:11:00. Motivo: Proposta ajusta e planilha de composição de custos, conforme modelo..
16/01/2025 11:30:00	Fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32 finalizou o envio de anexo.
16/01/2025 15:31:03	Fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 3.449,0500. Motivo: Conforme análise disponível em <a href="https://schroeder.sc.gov.br/uploads/sites/353/2024/11/Analise_da_Planilha_de_Custos_e_Formacao_de_Precos_JVS.pdf">https://schroeder.sc.gov.br/uploads/sites/353/2024/11/Analise_da_Planilha_de_Custos_e_Formacao_de_Precos_JVS.pdf</a> .
16/01/2025 15:32:22	Fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 16/01/2025 17:33:00. Motivo: Documentação de habilitação conforme edital..
16/01/2025 15:49:32	Convocação do fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32 para envio de anexos cancelada automaticamente.
16/01/2025 15:49:32	Fornecedor J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 48.118.617/0001-32 foi habilitado.
16/01/2025 16:02:47	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



### **3.1. DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA – DA TENTATIVA DE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ DECIDIDA NO PRESENTE CERTAME – DA NÃO APRESENTAÇÃO DE QUALQUER FATO NOVO QUE PUDESSE JUSTIFICAR A MODIFICAÇÃO DA DECISÃO.**

Além disso, Sr. Pregoeiro, é preciso asseverarmos que todo o recurso apresentado pela ORBENK trata basicamente de irresignação em virtude de ter entrado em desempate ficto. Afinal, como se pode perceber da redação da dita peça recursal, *sem apresentar qualquer informação ou fato novo, a recorrente tenta REDISCUTIR questão que já foi exaurida na decisão da outra pregoeira na análise da planilha de custo da recorrida como documentos de habilitação.*

Vejamos o que diz o art. 5º, XXXVI da Constituição Federal de 1988:

*“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*[...]*



XXXVI - **a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;**"

Disposição similar é a contida no Código de Processo Civil, cujos dispositivos podem ser aplicados de forma *análoga* ao presente caso:

*"Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão."*

A Lei nº. 9.784/1999, que regula o Processo Administrativo Federal, possui previsão similar:

*"Art. 63. O recurso não será conhecido quando interposto:*

*[...]*

*IV - após exaurida a esfera administrativa."*



Em idêntico sentido é a **vasta** jurisprudência do Tribunal de Contas da União, representada pelos seguintes arrestos:

*“Os recursos possuem prazos peremptórios, sendo que, com a interposição do recurso e/ou transcorrido o prazo para interposição da espécie recursal, ocorrem a preclusão consumativa (em razão de já ter sido realizado o ato processual) e a temporal (pelo decurso do tempo).” (TCU, Acórdão 2279/2007-Plenário, Relator: Aroldo Cedraz).*

*“Não se conhece de pedido de reexame interposto pela segunda vez, por estar materializada a hipótese da preclusão consumativa.” (TCU, Acórdão 2624/2011-Plenário, Relator: José Mucio Monteiro).*

*“RECURSO. PEDIDO DE REEXAME NÃO PROVIDO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. Interposto o recurso opera-se a preclusão consumativa, não devendo ser dado seguimento à nova peça recursal, ainda que sob a forma de mera petição, oferecida contra a decisão atacada.” (TCU, Acórdão 1564/2007-Primeira Câmara, Relator: Marcos Vinícios Vilaça)*



A doutrina pátria também segue em mesmo sentido:

*"Realmente, o que ocorre nas decisões administrativas finais é, apenas, preclusão administrativa ou a irretratabilidade do ato perante a própria Administração. É a sua imodificabilidade na via administrativa, para estabilidade das relações entre as partes. Por isso não atinge, nem afeta situações ou direitos de terceiros, mas permanece imodificável entre a Administração e o administrativo destinatário da decisão do Poder Público. [...] Exauridos os meios de impugnação administrativa, torna-se irretratável, administrativamente, a última decisão [...]."* (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005.



#### 4) DAS RAZÕES RECURSAIS DA EMPRESA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

A minguada de argumentos, a irresignação da recorrente repousa sobre a correta habilitação da recorrida que deu margem a declaração de vencedora do certame. Aduz a recorrente em apertada síntese e sem nenhuma razão meritória, em resumo, que a recorrida J V S, apresentou vícios na habilitação econômico financeira no que tange o balanço patrimonial por falta de registro na Junta Comercial, qualificação técnica, além de supostos vícios na composição da planilha de custo e formação de preços, em descumprimento ao instrumento convocatório. **O que por óbvio, não pode prosperar!!!** Não merecendo nenhum tipo de retoque ou reforma a decisão que sagrou vencedora do certame a **J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA**, conforme claramente demonstraremos a seguir.

Antes de adentrarmos nas nossas razões que demonstrarão a quão “fantasiosa” são os argumentos da recorrente, trazemos aqui as blasfêmias e argumentos levianos elencados pela mesma, vejamos:



**A – DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAR E INABILITAR A EMPRESA J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS.**

**DOS ERROS INSANÁVEIS CONTANTES NA PLANILHA DE CUSTOS –  
DESCCLASSIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

Conforme as alegações que serão abaixo exaradas, requer-se que a



[www.orbenk.com.br](http://www.orbenk.com.br)



## 1. Salário proporcional, contrariando a CCT;

Conforme apresentado na planilha da empresa recorrida considerou salário proporcional contrariando ao disposto na CCT, vejamos:

**Parágrafo terceiro:** Os serventes ou auxiliares de serviços gerais, que executarem serviços de limpeza de vidros e fachadas em andaimes ou balancim, perceberão adicional de periculosidade de 30% nas horas efetivamente trabalhadas em tais atividades.

**Parágrafo quarto:** As remunerações básicas fixadas, (exceto para telefonistas, digitadores e ascensoristas), correspondem à jornada de 8 (oito) horas diárias e 220 (duzentas e vinte) horas mensais.

**Parágrafo quinto:** As remunerações básicas das telefonistas, digitadores e ascensoristas, correspondem a uma jornada diária de 06 (seis) horas diárias e 180 (cento e oitenta) horas mensais.

**Parágrafo sexto:** Para os trabalhadores contratados para exercerem jornada inferior a 08 (oito) horas, respeitados aqueles com jornada legal inferior e piso já determinados, a remuneração básica será encontrada da seguinte forma:

- 06 (seis) horas diárias: remuneração básica equivalente ao piso de 08 (oito) horas dividida por 220 e multiplicada por 180.

- 04 (quatro) horas diárias: remuneração básica equivalente ao piso de 8 (oito) horas dividida por 220 e multiplicada por 120.

**Parágrafo sétimo:** A remuneração paga pelas empresas deverá ser calculada com base na jornada de segunda a sábado, independentemente da jornada laborada.

**Parágrafo oitavo:** Fica convenção que é vedada a contratação de recepcionista para exercer serviço em portaria de condomínio residencial.

Conforme planilha da Recorrida considerou salário inferior ao previsto na CCT:

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
I	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base - VALOR MENSAL		R\$ 1.591,32
	Total da Remuneração		
	Total da Remuneração		R\$ 1.446,65
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAL E DIÁRIOS			



Alega em resumo se tratar de erro insanável que prejudicou a concorrência e que por se tratar de erro insanável que prejudicou a concorrência, ora vejamos o tamanho da deslealdade e imoralidade da recorrente em determinada alegação:

Pregão Eletrônico N° 90223/2024 (Lei 14.133/2021)  
UASG 988343 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER - SC  
Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto    Modo disputa: Aberto

Propostas    Disputa    Seleção de fornecedores

1 PRESTAÇÃO SERVIÇO COPA / COZINHA  
Julgado e habilitado (aberto para contrarrazões)

Objeto solicitada: 240  
Valor estimado (unitário): R\$ 4.866.173

Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
29.112.014/0001-89 ME/EPP Desclassificada	OPTIMUS MULTI SERVICE LTDA SC	Valor ofertado (unitário): R\$ 3.099.0000 Valor negociado (unitário): -
15.077.483/0001-08 ME/EPP Desclassificada	BRAVO SERVICOS E CONSTRUOES LT. MT	Valor ofertado (unitário): R\$ 3.237.5000 Valor negociado (unitário): -
28.919.145/0001-00 ME/EPP Inabilitada	BRV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA PR	Valor ofertado (unitário): R\$ 3.449.0000 Valor negociado (unitário): R\$ 3.448.9982
48.118.617/0001-32 ME/EPP Aceita e habilitada	J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS L. PR	Valor ofertado (unitário): R\$ 3.449.0500 Valor negociado (unitário): -
79.283.065/0009-07	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS ... SC	Valor ofertado (unitário): R\$ 3.449.0600 Valor negociado (unitário): -
56.917.232/0001-63 ME/EPP	EXPRESSO PRESTADORA DE SERVICOS ... SP	Valor ofertado (unitário): R\$ 3.520.0000 Valor negociado (unitário): -

Pergunta-se: A recorrente tem a capacidade imoral de alegar erro insanável prejudicando a concorrência, mas o preço dela em comparação da recorrida é de **apenas R\$ 0,01( Um centavo)**, infelizmente é lamentável que existam empresas que surgem no intuito de um procedimento licitatório apenas com objetivo de tumultuar, é o caso da recorrida **ORBENK**.

RAZÃO SOCIAL: J.V.S. NOGUEIRA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
NOME FANTASIA: TJF LOGISTICA E EMPREENDIMENTOS  
CNPJ: 48.118.617/0001-32  
e-mail: comercialtjf@hotmail.com



Se trata apenas de um erro material em que sua correção não acarretará majoração do preço ofertado.

A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, a qual dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob regime de execução indireta de mão de obra, no seu item 7.9 dispõe de forma clara o seguinte:

***“7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração de preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.”***

De forma a corroborar com o exposto, cita a jurisprudência do Tribunal de contas da União (TCU), o qual entende que a subsistência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e de preços não devem imediatamente resultar na desclassificação das respectivas propostas, devendo a Administração Pública realizar as necessárias diligências junto as licitantes para devida correção das falhas, desde que, obviamente, isso não altere o valor global proposta, cabendo à licitante suportar, ainda, o eventual ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada, a saber:



ENUNCIADO. A mera  
existência de erro  
materialou de omissão  
na planilha de custos e  
de formação de preços  
da licitante não enseja,  
necessariamente, a  
desclassificação antecipada  
da sua proposta,  
devendo a  
Administração promover  
diligência junto ao  
interessado para a  
correção das falhas, sem  
permitir, contudo, a  
alteração do valor  
global originariamente proposto .  
(Acórdão 1487/2019 Plenário.  
Relator André de Carvalho.  
Data da sessão: 26/06/2019).

Nobres julgadores, vejam os argumentos fictícios da recorrente, o que nos faz pensar que a mesma, ou é muito tecnicamente despreparada ao ponto de não conhecer o ramo de atividade ao qual se pleiteia atuar ao ponto de não ter o mínimo de capacidade técnica para compreenderam a sistemática de uma Planilha de Custos de Formação de Preços, **alegando inexequibilidade de preços**



(mesmo com diferença de R\$ 0,01 (Um centavo) de sua própria proposta, ou está sendo tão desleal ao ponto de prejudicar a Administração no intuito de afastar a proposta mais vantajosa. Sejam quais forem as opções deixamos aqui bem claro que não aceitaremos tal postura.

Para tanto rebateremos ponto a ponto das falsas alegações da recorrente, no intuito de prevalecer a mais integra **JUSTIÇA**.

### **3.1) DAS FALSAS ALEGAÇÕES DA APRESENTAÇÃO INCOMPLETA E IRREGULAR DO BALANÇO PATRIMONIAL**

Completamente despreparada a recorrente alega que a recorrida apresentou DRE sem registro na junta comercial, e o pior, sem assinatura, vejamos:

#### **• DA APRESENTAÇÃO INCOMPLETA E IRREGULAR DO BALANÇO PATRIMONIAL**

A recorrida apresentou DRE sem registro na junta comercial e sem assinaturas, vejamos:



Tamanha é inverdade, por mais uma vez, da recorrente, vejamos:

RAZÃO SOCIAL: J.V.S. NOGUEIRA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
NOME FANTASIA: TJF LOGISTICA E EMPREENDIMENTOS  
CNPJ: 48.118.617/0001-32  
e-mail: comercialtjf@hotmail.com

48.118.617/0001-32		J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS L.	Valor ofertado (unitário)	R\$ 3.448,0500
MS/PPP		PR	Valor negociado (unitário)	-
Aceita e habilitada				
▼ Chat				
▼ Proposta				
▲ Anexos				
PROPOSTA COMERCIAL.pdf		16/01/2025 11:26:59		📎
Planilha de Custo e Formacao de Precos.pdf		16/01/2025 11:27:04		📎
CCT.pdf		16/01/2025 11:27:07		📎
7.2.2 regularidade fiscal - CND Estadual.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
CRC JVS NOGUEIRA.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.2.1 regularidade fiscal - CND Federal.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.2.5 Regularidade Fiscal - CNDT.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.2.4 Consulta Regularidade do Empregador FGTS.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.1.5 Habilitacao Juridica CNPJ.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.2.3 regularidade fiscal - CND Municipal.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.1.1 Habilitacao juridica CNH.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
Consulta FAP.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.3 Qualificacao Economica dre jvs nogueira.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.3.1 Qualificacao Economica Financeira Falencia Concordata.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.3.2 Demontracoes Contabeis Registrada 2022.pdf	➡➡➡	16/01/2025 11:29:25		📎
7.3.2 Demontracoes Contabeis Registrada 2023.pdf	➡➡➡	16/01/2025 11:29:25		📎
7.1.3 Habilitacao Juridica - Contrato Social.pdf		16/01/2025 11:29:25		📎
7.4 Qualificacao Tecnica - Contrato e Atestado.pdf		16/01/2025 11:29:32		📎

**RAZÃO SOCIAL: J.V.S. NOGUEIRA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**NOME FANTASIA: TJF LOGISTICA E EMPREENDIMENTOS**  
**CNPJ: 48.118.617/0001-32**  
**e-mail: comercialtjf@hotmail.com**

Aduz a recorrente, a falta do Balanço com assinatura, como também falta das demonstrações contábeis, o que é por mais uma vez tamanha inverdade.

### Balanço 2023 assinado e devidamente registrado



Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



#### TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12416869095 em 28/11/2024, protocolo 248903225. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.pr.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA.
Número de Registro:	41211048422
CNPJ:	48118617000132
Município:	Ribeirão Claro

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
05626812997	MATHEUS HONORIO POLETO	PR057792/O-6
48118617000132	J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA.	

### Balanço 2022 assinado e devidamente registrado

RAZÃO SOCIAL: J.V.S. NOGUEIRA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
NOME FANTASIA: TJF LOGISTICA E EMPREENDIMENTOS  
CNPJ: 48.118.617/0001-32  
e-mail: comercialtjf@hotmail.com



Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



### TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12416869044 em 28/11/2024, protocolo 248903160. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.pr.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	J V S NOGUEIRA EMPREENHIMENTOS LTDA.
Número de Registro:	41211048422
CNPJ:	48118617000132
Município:	Ribeirão Claro

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	28/09/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
05626812997	MATHEUS HONORIO POLETO	PR057792/O-6
48118617000132	J V S NOGUEIRA EMPREENHIMENTOS LTDA.	

Da mesma forma as demonstrações apresentam todas as exigidas por Lei:

**RAZÃO SOCIAL:** J.V.S. NOGUEIRA E EMPREENHIMENTOS LTDA  
**NOME FANTASIA:** TJF LOGISTICA E EMPREENHIMENTOS  
**CNPJ:** 48.118.617/0001-32  
**e-mail:** [comercialtjf@hotmail.com](mailto:comercialtjf@hotmail.com)

Vejamos:

Página 7 de 15

Fl. 7



### Declaração de Conformidade – NBC TG 1.002 A empresa

A empresa J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA., de direito privado, cadastrada no CNPJ 48.118.617/0001-32, com sede a R ANGELO BAGGIO, 801, SALA A, RESIDENCIAL BECHARA, RIBEIRAO CLARO-PR, constituída em 28/09/2022, tributada pelo SIMPLES tem como principal atividade TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL. Declara que elaborou e está apresentando as suas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2022, de acordo com a NBC TG 1.002 – Contabilidade para microentidades.

RIBEIRAO CLARO-PR, 31 de DEZEMBRO de 2022.

JOÃO VITOR SASDELLI NOGUEIRA  
CPF: 04405348952  
SÓCIO-ADMINISTRADOR

MATHEUS HONORIO POLETO  
CRC: PR-057792/O-6 CPF: 056.268.129-97  
CONTADOR

RAZÃO SOCIAL: J.V.S. NOGUEIRA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
NOME FANTASIA: TJF LOGISTICA E EMPREENDIMENTOS  
CNPJ: 48.118.617/0001-32  
e-mail: comercialtjf@hotmail.com

Quanto a alegação infundada da recorrente vejamos o que diz a Legislação acerca do tema:

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "I" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC TG 1002 - CONTABILIDADE PARA MICROENTIDADES

3.6 O conjunto completo de demonstrações contábeis da microentidade deve incluir as seguintes demonstrações:

balanço patrimonial;

demonstração do resultado do exercício;

demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

Vejamos, que por mais uma vez a recorrente tras alegações infundadas, despropositadas e sem nexo algum visto que a recorrida cumpriu exatamente o



instrumento do edital e a vinculação apresentando os balanços devidamente assinados e registrados na junta comercial juntamente com as demonstrações contábeis exigidas que por total eficiência foi analisado pela doutra pregoeira que nesse momento cumpre-nos parabenizar pela eficiência no seu trabalho.

### 3.2) DAS FALSAS ALEGAÇÕES QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Inicialmente cumpre destacar o objeto do certame, vejamos:

*Constitui objeto da presente licitação a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados de forma continua** de cozinheiro (a), a serem executados nas unidades escolares municipais.*

É notório que o objeto principal da licitação é a terceirização de mão de obra, com a devida dedicação exclusiva. Com base nisso, o importante e mais interessante para a administração pública é a capacidade técnica das licitantes interessadas, em administrar a mão de obra, através do recolhimento de encargos trabalhistas, além de assumir todo e qualquer passivo trabalhista haja visto que a vinculação da mão de obra fica sob responsabilidade da licitante.



A formulação da proposta, é esboçado e elencado os custos inerentes ao custo da mão de obra a ser cedida a administração pública, sendo detalhado o salário base, encargos, provisões e outros.

Vejamos as jurisprudências vigentes que abordam esse aspecto. Trazemos com isso entendimentos do TCU com relação ao assunto abordado.

**Acórdão 449/2017 – Plenário |  
Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO**

*Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.*

**Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro  
Vital do Rego**

*É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).*



**Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer**

*Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.*

**Acórdão 1168/2016 – Plenário | Ministro Bruno Dantas**

*Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.*

Com os Acórdãos acima especificados, fica bem claro a posição do TCU sobre este tema, ou seja, os Atestados devem comprovar que a licitante tem aptidão na Gestão de Mão de obra e não especificadamente a cada item do objeto licitado, por tanto, sem fundamento tem irrelevância os argumentos da recorrente ORBENK e para tanto não merecem prosperar pois a recorrida cumpriu fielmente o Item 7.4 do edital e apresentou qualificação técnica na gestão de mão para a ilustre administração pública



#### **4) DO PEDIDO**

Infelizmente, de forma desleal e leviana, interpôs as Recorrente seu recurso administrativo, colacionando informações improcedentes a realidade dos fatos, subjugando a Contrarrazoante, bem como, refutou vícios na habilitação da recorrida, documentos qual, corretamente fora analisado e aprovado pela douta Comissão de Licitação em momento oportuno, ato qual, necessário se faz parabenizá-los pela lisura até então.

Frise-se que a Contrarrazoante respeita e labora para que o processo licitatório seja célere e ordeiro, toda via, é INADMISSIVEL, que empresas despreparadas laborem de tal forma, vindo a imputar alegações falsas de modo a tentar LUDIBRIAR esta Comissão quando da análise do falho recurso interposto, ato qual, todos os fúteis argumentos dispostos em peça recursal se querem merecem mérito de análise.

Infelizmente, aduz a legislação pátria que todo e qualquer recurso deve ser analisado, ainda que o teor seja desconexo, protelatório e sem fundamentos, feito qual, pontua-se as razões de defesa da Contrarrazoante.

Cumpre destacarmos que a Recorrida é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e proposta em rigorosa conformidade com as exigências legislativas e editais, provando sua plena qualificação para esse certame, tendo sido, portanto, considerada habilitada.



Improcedem as alegações!

No curso do procedimento licitatório, a Administração deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, caso que cumpre-nos destacar que a recorrida cumpriu estritamente ao instrumento convocatório e inclusive respeito e prezando por toda a lisura do procedimento licitatório.

**ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, surge no intuito de comprometer a legalidade do processo e estão em desrespeito a Administração no intuito de afasta-la de obter a proposta mais vantajosa, e isso é inadmissível, não aceitaremos determinada conduta.

**Sendo assim, resta claro que a recorrida cumpriu com todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, e qualquer decisão ao contrário desaguaria em ilegalidade, devendo ser mantido o ato administrativo que declarou a recorrida vencedora do certame.**

Do exposto, verificamos com clareza que as razões apontadas pelas Recorrentes não são capazes de elidir a escorreita participação da Recorrida no certame. O que se vê é que a irresignação manifestada pela concorrente, com o devido respeito, carecem de estofa jurídico e técnico.

E mais, é certo que o Município de Schroeder - SC irão receber um serviço adequado e



proficiente, nos moldes em que a Recorrida já vem prestando para os demais tomadores de serviços.

Assim, postula a Recorrida que sejam conhecida as presentes contrarrazões, de forma a repelir as razões recursais, ante o pleno cumprimento dos encargos editalícios pela recorrida, bem como, pela oferta de preço plausivelmente exequível e mais econômico à Administração, tudo isso, dentro das regras de **HABILITAÇÃO** contidas no edital, mandendo-se a decisão que sagrou a **J.V.S. NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA, vencedora do certame**

Ribeirão Claro, 22 de janeiro de 2025.

**J V S NOGUEIRA  
EMPREENDIMENTOS  
LTDA:48118617000132**

Assinado de forma digital por J V S  
NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS  
LTDA:48118617000132  
Dados: 2025.01.22 16:42:47 -03'00'

J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 48.118.617/0001-32

**RAZÃO SOCIAL: J.V.S. NOGUEIRA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**NOME FANTASIA: TJF LOGISTICA E EMPREENDIMENTOS**  
**CNPJ: 48.118.617/0001-32**  
**e-mail: comercialtjf@hotmail.com**

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Nº Processo	181/2024
Licitação Nº	55/2024

Contratação de empresa para prestação dos serviços

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	20/12/2024
B	Município/UF	MUNICIPIO DE SCHROEDER - SC
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio	COZINHEIRA (O)
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Terceirização de Atividades Técnicas Administrativas e Operacionais		COZINHEIRA (O) 40 HRS

Anexo III-A – Mão-de-obra  
Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características	SC000140/2024
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	1591,32
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	COZINHEIRA
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	24/04/2024

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base - VALOR MENSAL		R\$ 1.591,32
	Total da Remuneração		R\$ 1.591,32
	Total da Remuneração		R\$ 1.591,32

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Vale Transporte	R\$ 3,55	R\$ 156,20
B	Desconto legal sobre transporte (máximo de 6% do salário base)		-R\$ 95,48
C	Auxílio Alimentação - Convenção Desconto (1%)	R\$ 22,06	R\$ 480,47
D	Assiduidade	7%	R\$ 111,39
E	Benefício de Assistência ao Trabalhador		R\$ 11,00
F	Seguro de Vida		R\$ 20,39
G	Assistência Jurídica		R\$ 10,00
	Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 693,97

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 21,80
B	Epi	R\$ 18,45
C		
D		
E		
	Total de Insumos diversos	R\$ 40,25

**MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**
**Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:**

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20%	R\$ 318,26
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 23,87
C	SENAI ou SENAC	1%	R\$ 15,91
D	INCRA	0,20%	R\$ 3,18
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,78
F	FGTS	8%	R\$ 127,31
G	Seguro acidente do trabalho (RAT X FAT) = RAT (1% - Fotocópias- código 8219-9/01 do Anexo V do Decreto nº 3.048/1999 / FAT (2% - Valor máximo, conforme Decreto nº 6.957/2009). Obs: O licitante deverá preencher o valor do seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.	1%	R\$ 15,91
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,55
Total		34,80%	R\$ 553,78

**Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias**

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13 º Salário - Cálculo (1/12*100)	R\$ 132,56
B	Adicional de Férias - Cálculo (1/3/12*100)	R\$ 44,24
	Subtotal	R\$ 176,80
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 61,52
Total		R\$ 238,32

**Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade**

4.3	Afastamento Maternidade:	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade - Cálculo: 4 (meses/licença) / 12 (meses) X 11,11% (férias s/ licença) X % de ocorrência (2%))	R\$ 1,11
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	R\$ 0,39
Total		R\$ 1,50

**Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão**

4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (Estimativa de 5% dos funcionários demitidos conforme manual do MPOG) - Cálculo ((1/12)*0,05)*100=0,42% Conforme fórmula da fl. 24 do MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS do MPOG	R\$ 6,68
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	R\$ 0,53
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre aviso prévio indenizado	R\$ 0,27
D	Aviso prévio trabalhado - Cálculo ((7/30)/12)*0,02*100=0,04% - Conforme Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha do MPOG	R\$ 0,64
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	R\$ 0,22
F	Multa do FGTS e CS do aviso prévio trabalhado	R\$ 0,03
Total		R\$ 8,37

**Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias	R\$ 14,64
B	Ausência por doença - Cálculo (5,96/30)/12*100 - Conforme Manual do MPOG	R\$ 0,95
C	Licença paternidade - Cálculo ((5/30)/12)*0,015*100 - Conforme Manual do MPOG	R\$ 0,32
D	Ausências legais - Cálculo (2,96/30)x1/12 - Conforme TCU Acórdão 1753/2008 - Plenário	R\$ 0,48

E	Ausência por Acidente de trabalho - Cálculo ((15/30)/12)*0,0078*100 - Conforme Manual do MPOG	0,03%	R\$ 0,48
	<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 16,87</b>
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição		R\$ 5,87
	<b>Total</b>		<b>R\$ 22,74</b>

Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 553,78
4.2	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 238,32
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 1,50
4.4	Custo de rescisão	R\$ 8,37
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 22,74
4.6	Outros (especificar)	R\$ 0,00
	<b>Total</b>	<b>R\$ 824,71</b>

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Estimativa de 3% )	1,00%	R\$ 31,50
B	Lucro (Estimativa de 6,79% )	1,09350%	R\$ 34,79
C	Tributos	8,00%	R\$ 232,50
C1	Base para cálculo dos tributos	0,92	R\$ 3.496,25
C2	ISS	3,00%	R\$ 104,89
C3	COFINS - conforme Art.2º da Lei 10.833, de 29 de dezembro	3,00%	R\$ 104,89
C4	PIS - conforme previsto no artigo 2º da Lei nº 10.637/02	0,65%	R\$ 22,73
	<b>Total</b>		<b>R\$ 298,80</b>

Anexo III – B - Quadro-resumo do Custo por Empregado		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 1.591,32
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	R\$ 693,97
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 40,25
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 824,71
	Subtotal (A + B +C+ D)	R\$ 3.150,25
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 298,80
	<b>Valor total por empregado</b>	<b>R\$ 3.449,05</b>

RIBEIRÃO CLARO, 13 DE DEZEMBRO DE 2024

Anexo II-A - Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta				
Descrição		Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal
A	Valor proposto pela execução do serviço	20	R\$ 3.449,05	R\$ 68.981,00
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X 12 meses do contrato)			R\$ 827.772,00



